

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1499982 - RS (2019/0132145-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : MARIA DAL BELLO CAMATTI
EMBARGANTE : ROBERTO LENZ
EMBARGANTE : ERI TEIXEIRA DE MORAES
EMBARGANTE : ADRIANO DA SILVA BITTENCOURT
EMBARGANTE : LEDIR CULAU
EMBARGANTE : CARLOS GILBERTO MOREIRA CORREA
EMBARGANTE : SONIA TEREZINHA WICKERT
ADVOGADOS : MANFREDO ERWINO MENSCH - RS021658
PEDRO ALEXANDRE MENSCH - RS030214
SCHIRLEY FARIAS MENSCH E OUTRO(S) - RS068265
EMBARGADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON E OUTRO(S) - RS051657
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS0044046

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DOS AGRAVADOS.

1. Nos termos do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado.

2. Na hipótese dos autos, o acórdão proferido por este órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado, apenas decidindo de forma contrária aos interesses da embargante, o que, à evidência, não consubstancia vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator